

ARTIGO

GUERRILHA DO ARAGUAIA: VIOLÊNCIA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO

ARAGUAIA'S GUERRILLA: VIOLENCE, MEMORY AND REPARATION

REGINALDO CERQUEIRA SOUSA*

RESUMO

Neste artigo, procuramos analisar a guerrilha do Araguaia (1972–1974), movimento de resistência armada contra a ditadura militar organizado por militantes de esquerda no Pará, Maranhão e Tocantins, com o propósito de efetivar, por meio da guerrilha rural, o processo revolucionário via campesinato. O objetivo é compreender, a partir do diálogo com as teorias da literatura de teor testemunhal e da psicanálise, a partir dos conceitos de trauma, repetição e esquecimento, o que possibilitou o apagamento da memória da guerrilha no Pará e, conseqüentemente, a intensificação da violência nessa região. Nesse intuito, pesquisamos os diários escritos por militantes, os relatórios das operações militares produzidos pelo Exército brasileiro e, por fim, os relatos dos sobreviventes da repressão à guerrilha, apresentados à Comissão Nacional da Verdade e ao Ministério Público Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Guerrilha do Araguaia; Memória; Repressão.

ABSTRACT

In this article, we sought to analyze the Araguaia Guerrilla (1972–1974), an armed resistance movement against the military dictatorship organized by leftist militants in Pará, Maranhão and Tocantins, with the purpose of effectiving, through the rural guerrillas, the revolutionary process via peasantry. The objective is to understand, from the dialogue with the literature theories of testimonial content and psychoanalysis, from the concepts of trauma, repetition and forgetfulness, which enabled the memory deletion of the guerrilla in Pará and, consequently, the intensification of violence in this region. In this respect, we researched the journals written by militants, the reports of military operations produced by the Brazilian Army and, finally, the reports of the survivors of the repression of the guerrilla, presented to the National Commission of Truth and the Federal Prosecutor's office.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Araguaia's Guerrilla; Memory; Repression.

Introdução

O *Diário da Guerrilha do Araguaia* foi publicado em 1979 pela Editora Alfa-Ômega, com a apresentação do sociólogo Clóvis Moura. Esse foi um dos primeiros registros da guerrilha do Araguaia — movimento de resistência armada organizado pelos membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) contra o regime militar — a chegar ao público leitor mais amplo. O movimento ocorreu no Sul e Sudeste do Pará, Maranhão e norte do Goiás (hoje Tocantins) entre os anos de 1972 e 1974. Essa publicação, e a de outros títulos da mesma temática lançados pela editora (série “História imediata”), visou à reflexão sobre a história brasileira recente, e objetivou romper o silêncio que cercava a luta armada rural, desconhecida em grande parte do território nacional.¹ O pequeno livro chegou às livrarias no período de afrouxamento da censura, no momento em que alguns setores da sociedade civil estavam em campanha pela anistia e viviam a expectativa de retorno dos exilados políticos pela ditadura militar.

Produzido pela direção das Forças Guerrilheiras do Araguaia, o *Diário* pretendia narrar a “epopeia do Araguaia”, contada por quem dela participou diretamente, apresentando a história do movimento desde a chegada dos primeiros guerrilheiros à região, o contato e a aproximação dos camponeses e o tempo de preparação para a guerrilha, até a eclosão do conflito com as Forças Armadas, em 1972, e a repressão da resistência armada pelos militares, dois anos depois, na terceira ofensiva. Logo na abertura do texto, fica evidente esse propósito:

Neste folheto, conta-se a história resumida de um período da luta guerrilheira do Araguaia, desconhecida ainda da maioria da nação. Narra-se ao mesmo tempo a ação tenebrosa das Forças Armadas em missão repressiva no sul do Pará. Duas condutas, dois propósitos. Amor à liberdade e consciência dos direitos do povo, de uma parte; aversão à democracia e ódio às massas populares, de outra. Breve roteiro, retrata de longe o heroísmo e o significado da resistência armada aos desmandos da ditadura – acontecimento destinado a ocupar lugar de destaque entre os feitos gloriosos de que se orgulham os brasileiros.²

O *Diário* quer narrar o que ocorreu com as mulheres e os homens envolvidos na guerrilha em um tom de denúncia da violência, cometida pelas Três Forças, contra os militantes e a população local. As torturas e os assassinatos relatados no texto são exemplos dessa violência que tem o Estado como o seu executor. Nesse sentido, o *Diário* classifica-se como uma narrativa de forte teor testemunhal. Márcio Seligmann-Silva, um estudioso das teorias do testemunho, esclarece que a literatura de teor testemunhal é mais explícita nas obras nascidas ou que têm por tema os eventos-limites. Surgiu no século XX, uma era de catástrofes e genocídios (como o que ocorreu com os judeus durante o nazismo) e de regimes ditatoriais cuja característica era a violência gerenciada, planejada e praticada pelo Estado contra os seus cidadãos, a exemplo do que aconteceu no Brasil e na América Latina.³

Na narrativa de teor testemunhal, são apresentados o elemento de testemunho da história, que se refere àquele que se põe como terceiro em um processo — *testis* — e o elemento de testemunho da experiência, referente àquele que teve a vivência direta de algo — *superstes*.⁴ Eles aparecem em diferentes dosagens, que variam conforme as “ondas de

memória” em que o testemunho se deu.⁵ É por meio dessa chave de leitura que compreendemos o *Diário da Guerrilha do Araguaia*, o *Diário de Maurício Grabois*⁶ e o *Relatório Arroyo*⁷ como relatos que trazem a inscrição testemunhal da guerrilha na Amazônia. Essas são narrativas que traçam as experiências singulares daqueles que foram tocados pela violência e criam uma paisagem imaginária na medida em que os detalhes vão tecendo aquilo que foi vivido pelo autor-protagonista.⁸ Maurício Grabois, um dos líderes da guerrilha do Araguaia, sinaliza tal questão no seu relato:⁹

Mudamos novamente de acampamento. É um local que apresenta um certo conforto e menos exposto que o anterior. A vida nos acampamentos vem se tornando rotina. Na última semana intensificou-se novamente a atividade da aviação do inimigo. Quase todo o dia helicóptero e pequeno avião pesquisam ponto por ponto da mata. Qual a finalidade dessa atividade? Inquietação? Mapeamento? Cobertura de tropa? Localização de guerrilheiros? Quem sabe? [...] Parece que o verão chegou em definitivo. Não chove mais. Isso é um bem e um mal. Não mais ficamos encharcados e nem as coisas se molham, o que nos causava grandes transtornos. Os mosquitos e outros insetos tendem a sumir. Mas, por outro lado, a água começa a escassear. Não podemos acampar junto aos grandes igarapés, uma vez que o inimigo poderá nos localizar. Teremos que recorrer aos olhos d’água, às cacimbas e aos poços.¹⁰

Segundo Seligmann-Silva, um diário tem as marcas e os traços do presente de sua escritura, e produz as páginas que se embaralham com a vida de seu autor-protagonista. Nele, somos tocados pelo ar que esse personagem respirava e pela topografia que ele apresenta em sua narrativa. No diário, o autor cria um universo íntimo e a realidade que lhe envolve conforme sua capacidade de transpor e saltar entre imagens e palavras,

palavras e imagens.¹¹ E o teórico prossegue afirmando que os traços materiais inscritos nesse tipo de relatório reforçam o seu teor testemunhal. Sua base material se torna importante; um elemento essencial da obra.¹²

Ao traçarmos um paralelo com o historiador francês, Michel de Certeau, parece possível entender a natureza do diário como a tentativa de evitar o esquecimento, uma vez que ele coloca em discurso uma experiência vivida ao mesmo tempo em que faz reviver aquilo que foi desaparecido. Em *A escrita da história*, obra que desvendou os mecanismos secretos do discurso histórico e elucidou os interditos e condicionamentos presentes no fazer histórico, Certeau compara a atividade da escrita da história a um ritual de sepultamento. Como em um enterro, a escrita teria a tarefa de apaziguar, pela materialidade da morte, os fantasmas que poderiam nos importunar para dar lugar a um agir humano. Para o autor, a escrita

[...] exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função simbolizadora; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e assim abrindo um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos.¹³

Nesse sentido, a escrita, cujo propósito é inscrever as experiências do passado no presente — simbolizando-as para que venham a fazer sentido e adquirir outros ou novos significados — possui uma função performativa, pois, é por meio da narrativa das experiências que o agir humano, no sentido de transformação do mundo, torna-se possível. Para

Michel de Certeau, reconduzindo-se o morto, o passado a um lugar simbólico no presente é que se libera o caminho para os vivos. Ao nomear o ausente e introduzi-lo na linguagem atribuindo-lhe significados, a escrita permite que seja possível um “dever-fazer” no presente, pois abre o caminho para práticas sociais que nos permitem um posicionamento diante das experiências vividas pelas pessoas em um tempo diferente do nosso, evitando que elas sejam esquecidas.

Michel de Certeau também nos lembra que, no trabalho de simbolização — o qual determina o que deve ser compreendido e o que deve ser esquecido do passado para se obter a representação de uma inteligibilidade presente — algumas experiências são negligenciadas por um tipo de explicação que não as julga pertinentes. No entanto, esse elemento recalcado “[...] retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas”.¹⁴ Não encontrando um lugar simbólico, no presente, e não sendo representado, o que fora recalcado se repete. Isso acontece porque essas experiências marcam uma ruptura com as convenções triviais da linguagem, determinando o que, na concepção freudiana, conhecemos como trauma.

A temática do trauma foi abordada por Seligmann-Silva no ensaio *A história como trauma*, um dos textos publicados no livro *Catástrofe e representação*. Nesse ensaio, o autor nos lembra que o século XX pôs em xeque a concepção tradicional de representação com as críticas vindas a partir da *Shoah*.¹⁵ A questão que se colocava naquele momento era: como representar o irrepresentável a exemplo do que ocorrera com os judeus nos campos de extermínio nazistas? Nesse contexto de problematização dos limites da representação, é que a literatura de testemunho ocupou um

lugar na análise de filósofos, críticos literários, teóricos da linguagem, entre outros. Tornou-se uma área nova de estudos e uma nova abordagem da produção literária e artística. Nos últimos tempos, esse campo de estudos tem chamado a atenção dos historiadores, em particular a dos pesquisadores dos regimes de exceção, como foi o caso da ditadura militar brasileira.¹⁶

O paradoxo da literatura de testemunho é este: situa-se entre a necessidade permanente de narrar e a impossibilidade de recobrir o vivido com o verbal, pois esse vivido, que é a experiência traumática, não pode ser traduzido pela linguagem.¹⁷ Seligmann-Silva — com base nessa compreensão, e amparado na teoria freudiana, em Lacan e Walter Benjamin — propõe encarar o processo histórico pela perspectiva do trauma.¹⁸ De acordo com a teoria da psicanálise, o trauma é a impossibilidade da experiência. É uma ferida na memória que não permite a realização de uma experiência plena do fato vivenciado. Por isso, a experiência traumática não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre, fazendo com que o evento transbordante vá além dos limites da percepção, inviabilizando a sua simbolização. Esse mecanismo conduz ao esquecimento e ao recalque, elementos que levam a uma compulsão para a repetição da cena traumática. A volta constante à cena do trauma pode ser percebida nos sintomas, que são os sinais da experiência-limite.¹⁹

Com base nessa perspectiva, alguns estudiosos fizeram a leitura do processo de transição pós-ditadura militar. Nesse sentido, *O que resta da ditadura*, trabalho organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles, merece aqui um destaque por ser uma importante iniciativa no sentido de compreender o recente passado brasileiro e a sua incrível capacidade de

não passar.²⁰ Isso porque a ditadura, ao neutralizar os movimentos populares e seus opositores por meio de repressão, intimidação, cooptação e eliminação física, deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Para os autores, o silêncio imposto às vítimas da violência que resultou desse processo ainda ecoa e insiste em permanecer na sociedade como sintoma social.

Foi essa concepção de sintoma que a psicanalista Maria Rita Kehl tomou como ponto de partida para pensar a sociedade brasileira. Para a autora

A ideia de sintoma social é conversada na psicanálise. A sociedade não pode ser analisada do mesmo modo que um sujeito; por outro lado, o sintoma social não tem outra expressão senão aquela dos sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento. O sintoma social se manifesta por meio da prática e dos discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de um de seus agentes. Assim como ocorre quando o sintoma individual se torna crônico, sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo.²¹

A partir dessa perspectiva, a violência, no Brasil, passou a ser compreendida como sintoma social por ser um traço marcante na história do País. E foi no aparato policial do Estado que a violência encontrou o braço forte que pesou sobre uma parte de sua população, sobretudo a das periferias e das zonas rurais onde a própria violência é invisível para o restante da sociedade. Nesse sentido, o filósofo Renato Janine Ribeiro afirma que a sociedade brasileira viveu em sua formação dois traumas fundamentais. O impacto da colonização e seus desdobramentos ao longo

dos séculos é o primeiro; o segundo está vinculado à crueldade inerente à escravidão e a sua permanência no estigma do racismo²². A violência, como política de estado, encontrou a sua forma mais bem-acabada no governo da ditadura militar, em que a gestão do aparato institucional e repressor se voltou contra os seus cidadãos. E essa violência permaneceu no processo de redemocratização quando a Lei de Anistia,²³ estratégia de esquecimento para encobrir a barbárie e ocultar a violência, impôs o silêncio aos crimes cometidos pelo governo ditatorial brasileiro.²⁴

Para criar o consenso democrático à nova república que nascia com o fim do regime militar, a política do esquecimento negou às vítimas dessa brutalidade o direito de reparação e memória. Negar os fatos ocorridos durante a ditadura militar, como foi o caso da tortura, abriu o caminho para a naturalização e perpetuação social da violência no Brasil²⁵. A anistia, na tentativa de superar o drama vivido diante da violência contra os perseguidos políticos, não criou um espaço apropriado para a abordagem do passado violento. O seu caráter elitista e excludente promoveu uma reconciliação extorquida, caracterizada pela não punição e pelo perdão (sem reparação) dos perpetradores da violência contra a sociedade²⁶. O outro lado perverso da manipulação política da memória foi negar às famílias dos mortos e desaparecidos políticos informações sobre o que aconteceu com seus os filhos, parentes e amigos, negando-lhes o trabalho de luto. Impossibilitadas de cuidar dos seus mortos, essas famílias vivem um luto constante, e à sombra dos traumas do passado.²⁷ Por isso, a anistia não somente criou um sentimento de indiferença em relação à violência, mas também deixou uma ideia de que era possível viver o passado como se esse não tivesse acontecido.

Em relação à guerrilha do Araguaia, o governo militar se esforçou para apagar da história todo e qualquer vestígio referente à luta armada. O controle da informação e a censura imposta pela ditadura impediram que as notícias sobre a resistência armada fossem divulgadas no País.²⁸ O conhecimento da sociedade sobre um evento dessa magnitude, localizado no interior da Amazônia, constituiria a inabilidade das Forças Armadas em lidar com as resistências. Além disso, ia de encontro à propaganda governamental sobre o Brasil, que, segundo as convicções do governo militar, entrava nos trilhos do desenvolvimento com a implantação dos grandes projetos de integração nacional.

Esse sistema de travas, que constituía um dos fundamentos do regime militar, criou a ausência de fala sobre a guerrilha em dois âmbitos. O primeiro diz respeito ao silêncio do sofrimento e da tortura que pesou sobre os corpos dos camponeses e militantes; o segundo, refere-se ao medo, ainda presente na região, responsável por produzir o esquecimento da história da resistência armada no Pará. O medo, como uma estratégia política de gerenciamento e de controle social²⁹, pode ser explicado pelo processo de militarização da região, que se deu com a implantação do Batalhão de Infantaria de Selva, em um ponto estratégico da Rodovia Transamazônica, e com a classificação da cidade de Marabá como área de segurança nacional, em janeiro e outubro de 1970, respectivamente.

Neste artigo, entende-se que o silêncio sobre a guerrilha do Araguaia intensificou e produziu a violência na região. Desde a década de 1970, aumentaram os conflitos agrários e os assassinatos, ainda impunes, de camponeses, garimpeiros, líderes sindicais e pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos. Um tipo de violência que permanece na sociedade

e, em grande parte, tem o Estado como seu agente responsável. Neste trabalho, ressalta-se a importância da ação das famílias dos mortos e desaparecidos políticos, que têm feito um grande esforço no sentido de romper o silêncio sobre as vítimas do regime militar e promover um espaço de debate público para que as experiências das mulheres e dos homens que atuaram na guerrilha possam encontrar um lugar na sociedade.

A ditadura militar e o fim da liberdade política no Brasil

A ditadura militar de 1964 foi um golpe na jovem democracia brasileira, iniciada — ainda com dificuldades — após 1945. Mesclando autoritarismo e modernização conservadora, os militares que ascenderam ao poder eram antirreformistas, principalmente contra as reformas propostas pela esquerda. Contudo, citavam reformas modernizantes como garantia do crescimento capitalista. Consideravam-se revolucionários, mas desejavam manter a ordem social vigente, as hierarquias e as instituições tradicionais. Prevaleceu, então, o viés conservador e anticomunista como cimento da coalização golpista, o que fez convergir posicionamentos políticos variados, entre os quais se destacaram os liberais, os anticomunistas, os antipopulistas, os empresários, os latifundiários e a grande imprensa, que caracterizaram o desafio, naquele primeiro momento, de se construir uma memória oficial para o golpe militar.³⁰

Gradativamente, a partir da modificação e da criação de um aparato legal, os militares trabalharam para assegurar a legitimidade do regime, tornando-o mais centralizador, repressivo e violento. Nessa

dinâmica, ficou a cargo do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, a coordenação da ação repressiva do regime militar. Vinculado à Presidência da República, suas atividades organizavam-se seguindo três importantes dimensões: 1) conjuntura brasileira — assessoria ao poder Executivo a partir da elaboração de estudos da situação política e econômica do País; 2) segurança nacional — atividades direcionadas à identificação do inimigo e 3) orientação e instrução dos membros da máquina repressiva — atividades voltadas à formação e orientação dos agentes da repressão, com o objetivo de orientar as ações desses agentes e recrutar informantes para atuar nas várias instâncias da sociedade.³¹

Outro órgão que compôs o aparelho repressivo do regime militar, somando-se às atividades de inteligência do SNI, foi o Centro de Informações do Exército (CIE). Criado, em 1967, pelo presidente Costa e Silva, o CIE teve, como um de seus idealizadores, o coronel Adyr Fiúza de Castro, que comandou as ações do órgão com mãos de ferro. O coronel infiltrou seus agentes no movimento estudantil e nos sindicatos, além de articular ações de combate à subversão e à luta armada. Criou estratégias para grampear telefones e inserir oficiais nas universidades, os quais agiam como estudantes e simpatizantes de esquerda. Segundo o coronel, infiltrar oficiais treinados assegurava a eficácia da ação. Para ele, “[...] o sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar extra; ele estava ali executando uma missão”.³²

Outra maneira de exercer o controle social foi a “guerra psicológica”, entendida pelos militares como a concepção que melhor abarcava as questões permeadas pela política e pela moralidade³³. Sua

origem a encontramos na importação do conceito de Guerra Revolucionária (GR) para o Brasil, que foi introduzida no território nacional, em 1959, por um de seus entusiastas — o general Augusto Fragoso — na Escola Superior de Guerra.³⁴ A GR inspirou a criação de leis de defesa interna de segurança e, com base nessa ideia, as Forças Armadas criaram ações voltadas para o investimento na formação dos oficiais, na publicação de textos com uma abordagem teórica sobre os temas de vigilância, segurança e obtenção de informações por parte dos agentes do estado e na publicação de livros e panfletos sobre defesa nacional, destinados ao público mais amplo³⁵.

A inserção dessa ideia, no Brasil, mudou o conceito de “inimigo”. Se, antes, esse inimigo era visto como algo exterior às fronteiras territoriais, com a nova concepção, passou a significar uma ameaça dentro da própria sociedade. Com isso, qualquer cidadão em potencial poderia ser uma ameaça à segurança interna do País, e, segundo a lógica militar, o seu enfrentamento poderia ser possível pela compreensão da dimensão psicossocial do comportamento humano. Para gerenciá-lo, no sentido de mobilizar formas de sentir e de agir nos indivíduos, foi fundamental o uso da propaganda, inclusive para criar a sensação de insegurança, tensão e medo social nos indivíduos.³⁶

Logo após o golpe, os debates sobre a GR foram frequentes. Nesse momento, esperava-se maior resistência por parte da esquerda comunista, mas isso não ocorreu. A facilidade com que esse movimento foi vencido fez com que as discussões sobre a GR perdessem força, apesar de ainda permanecerem como ponto de referência doutrinária nas Forças Armadas. No entanto, em 1967, o cenário de oposição à ditadura

tomou outros caminhos com o fortalecimento do movimento estudantil e o surgimento da luta armada. Não tardou para que a ideia de GR fosse retomada como estratégia de enfrentamento das oposições, juntamente com a mudança no sistema de vigilância para aprimorar a máquina repressiva do estado. No horizonte da ditadura, estava o fim da resistência estudantil, da luta armada e das confabulações terroristas que as Forças Armadas acreditavam colocar em risco a “revolução de 1964”. Esse foi o momento em que a guerrilha ganhou adeptos entre as esquerdas, tornando-se uma preocupação para o comando militar.

Não há dúvidas de que, no Brasil, a guerrilha nasceu dos impasses causados pelo golpe no campo das esquerdas, e do trancamento dos canais de participação política feito pela ditadura. Para os militantes das esquerdas, naquela conjuntura a luta armada era a saída viável para derrubar o governo ditatorial. Para esses militantes, era uma solução extrema:

[...] quando as contradições chegam a um grau tão agudo que não há outra possibilidade de solução, a luta armada se apresentava para todos aqueles que desejam o fim da ditadura como o único caminho viável.³⁷

Além desse aspecto, a luta armada resultou da frustração com a derrota das reformas de base e das posições assumidas no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em oposição à ditadura por meio de estratégias menos radicais. Foi, então, que algumas organizações colocaram em prática — à sua maneira — as táticas de guerrilha inspiradas no modelo cubano de revolução. O foquismo, como ficou conhecido, “[...] tinha convencido parte dos militantes de que um núcleo

pequeno e abnegado de guerrilheiros conseguiria derrotar um exército bem armado e tomar o poder do estado”.³⁸ Essa convicção mobilizou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Organização Popular Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), entre outras. No decorrer de 1969, beneficiaram-se da falta de preparo e informação dos setores da repressão; o que não ocorre no momento seguinte, quando há maior vigilância e repressão por parte do Estado contra os seus inimigos e, gradativamente, as resistências armadas são aniquiladas.³⁹

Nesse terreno, encontra-se a guerrilha do Araguaia. Criticando o pacifismo dos partidos de esquerda, as lideranças do PC do B deliberaram pela guerrilha rural. Inspirados no modelo chinês de revolução, tomaram como base a ideia de “guerra popular prolongada”, visando ao cerco da cidade a partir do campo. No texto *Guerra popular: o caminho para luta armada no Brasil*, que constitui o principal documento para a deflagração da guerrilha na região do Araguaia, encontram-se os motivos pelos quais os militantes escolheram essa parte da Amazônia e as concepções que nortearam a ideia que eles tinham de luta armada. De acordo com o documento, “[...] um dos seus aspectos básicos é o princípio de que o cenário principal da luta armada do povo é o interior.”, e o camponês, vítima da exploração dos grandes proprietários de terra, é a base fundamental da organização política do movimento revolucionário.⁴⁰

Essa foi a convicção dos jovens, professores, operários, médicos, engenheiros, economistas, entre outros, que decidiram pela luta armada no interior da Amazônia, distante, segundo eles, dos grandes centros urbanos e do olhar do Estado, como veremos no tópico seguinte.

A guerrilha do Araguaia: uma resistência armada na Amazônia

Os primeiros militantes chegaram à região do Araguaia, por volta de 1966, para se esquivarem da perseguição política.⁴¹ No ano seguinte, mais pessoas juntaram-se ao grupo, como está descrito no *Diário da Guerrilha do Araguaia*:

No dia de Natal, 25 de dezembro de 1967, um “motor” corta as águas tranquilas do Araguaia que, nessa época do ano, é majestoso, muito largo e límpido, sobrevoado por cigarras e gaivotas. O barco aproxima-se da margem esquerda, encosta num lugar denominado Faveira. Dele desembarcaram três pessoas: um homem de seus cinquenta e poucos anos, Mário; uma mulher também idosa, dona Maria; um jovem de feições modestas e olhos brilhantes, o Joca. Vão viver aqui, num sítio onde há muitas mangueiras e uma casinha de telha carcomida pelo tempo.⁴²

Entre 1970 e 1972, outros membros do PC do B somaram-se ao grupo, até constituírem um número de 69 guerrilheiros.⁴³ O objetivo era aprender a sobreviver na mata fechada, visando à preparação da guerrilha. Por isso, a estratégia do movimento guerrilheiro foi mantê-lo em sigilo, razão pela qual os militantes se inseriram entre os camponeses. Com eles, aprenderam a cuidar da terra, a preparar um roçado, a conhecer a floresta e o modo de vida da população em uma parte do Brasil esquecida pelo Estado, sobretudo em relação à prestação de serviços públicos básicos em educação e saúde. Diante dessa carência, os paulistas, como eram chamados os guerrilheiros, atendiam os moradores locais prestando-lhes esses serviços fundamentais, o que os aproximou desses camponeses e os fez conquistar sua confiança e seu respeito.⁴⁴

Outro fator que contribuiu para a aproximação entre a comunidade local e os guerrilheiros foram as pressões pela expropriação das terras dos lavradores da região subvencionada e incentivada pelos órgãos federais do governo, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).⁴⁵ Há de se lembrar que a militarização da questão agrária, durante a ditadura, ao transferir as decisões fundamentais referentes aos problemas fundiários para o Conselho de Segurança Nacional — órgão criado ainda no final dos anos de 1930 com a função de estudar todas as questões relativas à segurança nacional — mostrou que a luta pela terra pôs em questão o próprio poder, afastando os militares da realização da reforma agrária e os aproximando dos grandes proprietários e do grande capital. Enquanto o governo militar concedia incentivos fiscais aos grandes empresários na ocupação da Amazônia, e abria concessões de grandes extensões de terras a grupos e corporações, os trabalhadores rurais também se organizavam em sindicatos para resistir a essa estrutura.⁴⁶

É importante mencionar esses fatos porque a presença dos guerrilheiros na região do Araguaia deu-se no contexto dos grandes projetos desenvolvimentistas da Amazônia e no processo de ocupação desse território, sobretudo no sul e sudeste do Pará, incentivado pela propaganda governamental. Além disso, a gestão dessa área estava sob a responsabilidade das Forças Armadas e dos órgãos e instituições controlados pelo governo federal⁴⁷. Nos anos de 1980, por exemplo, os militares exerceram forte controle e tiveram influência sobre o garimpo da Serra Pelada e de áreas de mineração. Sendo assim, os conflitos agrários,

que eram realidade pelo menos desde a década de 1950 por conta da grilagem de terras, com a ditadura se intensificaram ainda mais na região. Às tensões sociais, nessa parte do Brasil, somaram-se as preocupações em relação às populações indígenas, que perdiam parte de seu território para as mineradoras, e ao desmatamento por conta do avanço da pecuária.

Esses problemas eram do conhecimento da direção do PC do B, que havia estudado as condições de vida da população. Não por acaso, os guerrilheiros escolheram a região do Araguaia, entre os estados do Pará, Goiás (onde atualmente é o Tocantins) e Maranhão, além dos aspectos mencionados, por conta da posição favorável do partido frente à luta pela reforma agrária. Estavam convictos de que o local era adequado para a deflagração da luta armada, sobretudo porque assumiram para si o compromisso da revolução por meio da organização e participação das massas, em particular a do campesinato.

Os guerrilheiros se organizaram em três destacamentos: o A, o B e o C, cada um dividido em três subgrupos. O destacamento A, com 22 combatentes sob a liderança de André Grabois e Antônio de Pádua Costa, atuava na região de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia; o destacamento B, com 23 combatentes sob a liderança de Osvaldo Orlando Costa e José Humberto Bronca, ficava próximo a Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia; o destacamento C, com 20 combatentes sob o comando de Paulo Mendes Rodrigues e José Toledo de Oliveira, situava-se próximo à Serra das Andorinhas.⁴⁸ Os destacamentos montaram suas bases em diferentes locais (Figura 1 — mapa da região)⁴⁹ e todos estavam sob a coordenação

da Comissão Militar (CM), composta por quatro membros e liderada por Maurício Grabois, o chefe guerrilheiro.

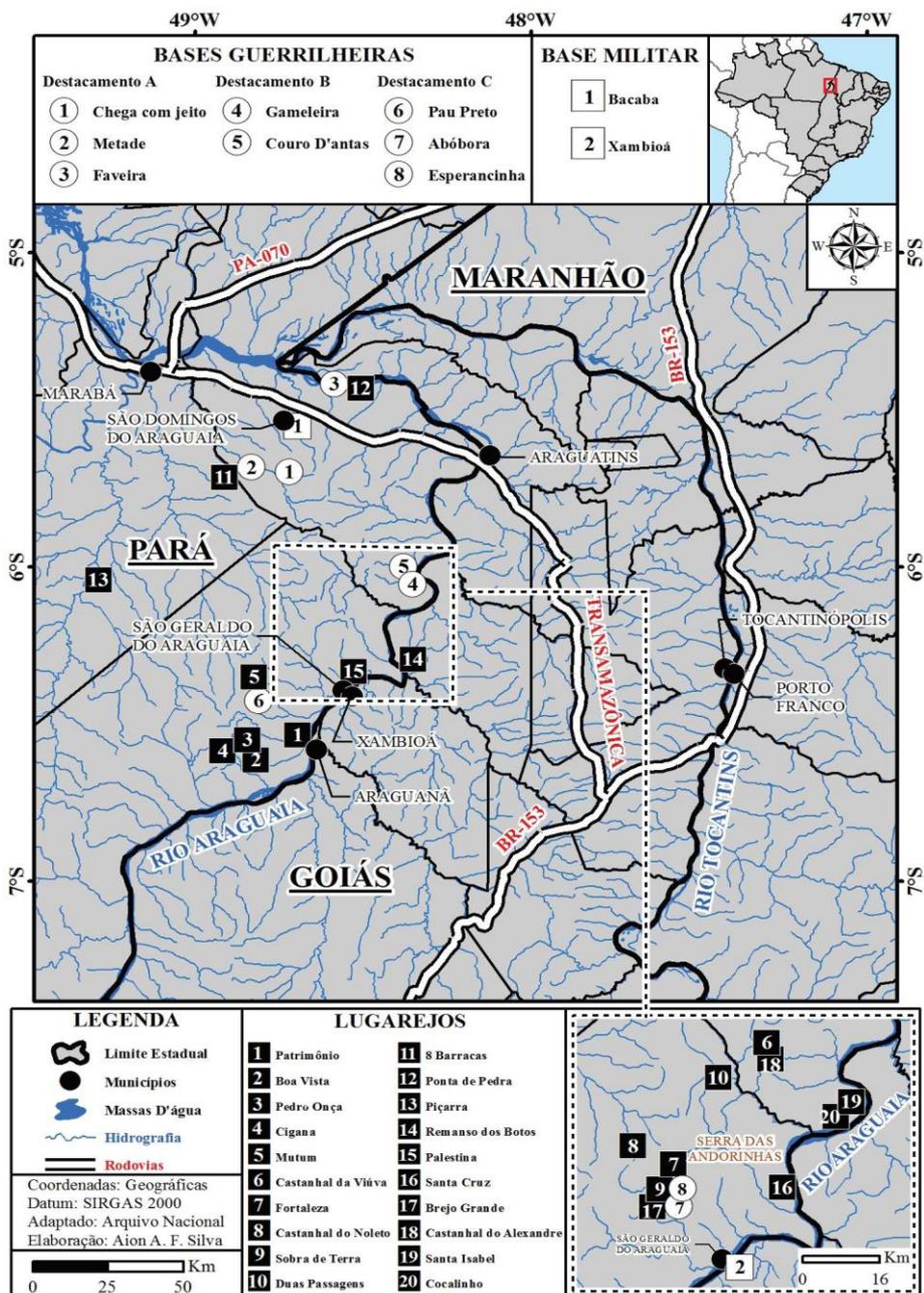


Figura 1 – mapa da região.

Entre 1970 e 1971, período em que outros militantes chegaram à Amazônia para somarem-se ao grupo guerrilheiro, o Exército realizou as Operações *Carajás* e *Mesopotâmia*. Segundo o comando militar, o objetivo dessas ações era conhecer a área, exercitar e treinar as tropas para combates em área de selva. No entanto, pretendia-se descobrir atividades guerrilheiras.⁵⁰ Entre os meses de abril e junho de 1972, o Exército pôs em ação a *Operação de Informações*, mobilizando os órgãos de inteligência, como o CIE, para investigar e vigiar a população e encontrar os guerrilheiros, o que aconteceu de fato.⁵¹ Isso foi possível, segundo o *Relatório das Operações Contra Guerrilheiras do Exército*, por causa da prisão de militantes que haviam abandonado a luta armada e retornado para os seus locais de origem. No *Relatório Arroyo*, consta a informação de que combatentes teriam sido presos pelos militares. No entanto, sabe-se que o Exército monitorava os passos da guerrilha e possuía informações sobre a presença do PC do B na região, adquiridas por meio de pressão e ameaça aos camponeses para que esses fornecessem o paradeiro dos chamados paulistas. Algumas delas foram obtidas sob tortura, tanto dos moradores locais quanto dos combatentes detidos pelos militares.⁵²

O primeiro confronto com o Exército só ocorreu em 12 de abril de 1972, quando um grupo de militares atacou a base de Faveira do destacamento A. No dia 14 do mesmo mês, outro grupo de soldados avançou contra a base de apoio de Pau Preto, do destacamento C e, 10 dias depois, o destacamento B foi o alvo do Exército. Nesse momento, começa a guerrilha do Araguaia. Para colocar um fim ao movimento, as Forças Armadas mobilizaram um grande contingente de soldados vindos de Goiás, Pará, Maranhão e Mato Grosso.⁵³ Aqui fica clara a importância

política da guerrilha para os militares porque, caso houvesse o sucesso dos guerrilheiros, o fato poderia desencadear ondas de protestos por todo o País contra a ditadura, e o Exército perderia o controle da região, o que inviabilizaria os projetos do governo para esse ponto do Brasil.

De acordo com *Relatório Arroyo*, a primeira ofensiva do Exército aconteceu quando os guerrilheiros ainda se encontravam em preparação para a luta armada. Embora houvesse perdas materiais, como armas e equipamentos, e algumas baixas no grupo, o movimento conseguiu manter-se organizado. Após essa fase, em setembro de 1972, uma segunda ofensiva comandada pelos generais Vianna Moog, Antônio Bandeira e Hugo Abreu foi posta em prática com a participação das Três Forças. Nesse período, portanto, tem-se a construção de quartéis na região e o aumento do efetivo militar, o que mudou sobremaneira o cotidiano da população em Xambioá, Marabá, Araguatins e povoados próximos aos batalhões do Exército.

A *Operação Papagaio*, como foi batizada, contou com um aparato logístico para dar conta de movimentar as tropas pelas cidades onde havia as bases de apoio militar (ver figura 1 — mapa da região). Ângelo Arroyo descreveu essa estratégia do Exército da seguinte maneira:

Nesta campanha, as Forças Armadas empregaram 8 mil a 10 mil soldados. As tropas eram, em geral, de recrutas e de vários Estados. Distribuía-se por várias bases implantadas na área. Estas bases eram fazendas, sedes de castanhas ou mesmo roças. Ocuparam as estradas e abriram algumas picadas na mata. Chegaram a entrar na mata, guiados por um morador local (Osmar), na área do B. Havia pouca tropa especializada. A moral dos soldados era baixa. Todos estavam ansiosos para regressar. Armaram muitas emboscadas em beiras de grotas, estradas, casas de

mora dores e em capoeiras. Fizeram algumas armadilhas. Utilizaram helicópteros e aviões. Soltaram três bombas na mata, nas proximidades de um acampamento do Destacamento B. Recrutaram bate-paus locais e pagavam 25 cruzeiros por dia aos moradores que quisessem servir de guias. Durante a campanha, o Exército distribuiu boletins na área, concitando os guerrilheiros a se entregar.⁵⁴

Nesse momento, as Forças Armadas põem em prática as táticas de GR e a dimensão psicossocial, elaborada como estratégia de segurança nacional, foi incluída como forma de combate à guerrilha. De acordo com o relatório de *Operações da Manobra Araguaia*, as operações psicológicas tinham como missão

[...] obter o apoio da população através de ação psicológica e deflagrar uma guerra psicológica aos terroristas utilizando, simultaneamente, a operação para efetuar uma ação educacional nas tropas e nos quadros.⁵⁵

Por isso, essas ações englobavam as tropas, o apoio dos órgãos federais do governo, as ações cívico-sociais e, o mais importante, a guerra psicológica no intuito de combater o que os militares chamavam de terroristas.

No que diz respeito às tropas, a operação psicológica objetivava instruir os soldados no trato com a população civil local. Os moradores deveriam ser tratados com cordialidade e respeito para poderem confiar no Exército e, desse modo, fornecer informações que levassem ao paradeiro dos guerrilheiros. Os soldados também eram preparados para o combate na floresta, pois, sendo a maioria deles oriunda de outros estados da federação, a dificuldade de adaptação na mata era um problema que se

potencializava pelas incertezas de combate a um inimigo desconhecido. Isso afetava sobremaneira o ânimo das tropas e precisava ser resolvido, pois disso dependia o sucesso das operações militares.⁵⁶

Já os órgãos federais do governo, como o Inbra, ficaram com a responsabilidade de melhorar a estrutura de locomoção e oficializar a posse de terras aos camponeses. O Inbra forneceu máquinas, equipamentos e um corpo técnico que se encarregou da execução da abertura de estradas, construção de pontes e vicinais e o melhoramento de pontilhões nas cidades de São Geraldo, Marabá, Xambioá e povoados circunvizinhos. A intenção era beneficiar os produtores rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola; mas, o real objetivo era viabilizar estradas para a movimentação hábil das tropas na área de mata. Além disso, o Inbra agilizou os processos de posse de terras para os camponeses, concedeu terras para as famílias que colaboraram com os militares, em Itaituba, e implantou agrovilas em São Geraldo, às margens da Rodovia Transamazônica, para dificultar o acesso dos guerrilheiros aos moradores.⁵⁷ Na rodovia, os militantes estariam mais expostos e vulneráveis quando fossem solicitar o auxílio dessa população.

A Ação Cívico Social (Aciso), que correspondia à prestação de serviços básicos à população, foi realizada próximo às bases militares de Xambioá e Araguatins. Nesses locais, eram oferecidos serviços de saúde e odontologia, palestras sobre educação sanitária, distribuição de medicamentos e alimentos e atividades voltadas para a educação cívica de crianças e jovens. Conforme o *Relatório de Ações Psicológicas e Aciso*, a intenção era atender a população carente de recursos, mas aproximá-la das Forças Armadas para obter apoio na guerra contra aqueles que os

militares chamavam de terroristas.⁵⁸ Aqui vale uma ressalva: a presença dos guerrilheiros na Amazônia fez a ditadura olhar para essa região abandonada. O governo construiu estradas e realizou ações esporádicas e ineficientes a favor da população. No entanto, pouca coisa mudou e a precarização da região não foi resolvida pelos militares.⁵⁹

Em relação à guerra psicológica, a ideia era implantá-la para produzir o medo nos guerrilheiros e criar uma imagem negativa desses na população. Para isso

Foram confeccionados panfletos visando minar o moral do grupo terrorista e concitando-o à deserção. Nos primeiros, difundidos na área, eram estabelecidas regras para serem seguidas na rendição. Os posteriores apresentavam fotos de terroristas presos, mostrando seu estado físico e mensagem dos mesmos, do próprio punho (para maior autenticidade) dirigidas a determinados companheiros, escolhidos cuidadosamente, tendo em vista concitá-lo, por serem mais fracos, à rendição e também dúvidas sobre as ideias forças de sua doutrina.⁶⁰

De acordo com o Exército, esse procedimento foi positivo tendo em vista que, entre os pertences dos militantes mortos pelos soldados, havia exemplares do material de panfletagem militar. De fato, a operação provocou baixa entre os guerrilheiros, mas não se pode afirmar, como consta nos relatórios dos militares, que os guerrilheiros pretendiam recuar ou desistir da luta armada. *No Diário da Guerrilha*, as baixas no grupo causaram forte emoção entre os combatentes, mas o propósito de continuar com a luta armada permanecia firme entre os militantes, mesmo diante das dificuldades de sobrevivência na floresta. As incertezas diante dos confrontos com as Forças Armadas conviviam com a angústia diante

da falta de informação dos colegas dos destacamentos e, por vezes, com a saudade dos familiares e dos amigos.⁶¹

Ficou claro, então, que as primeiras operações não conseguiram dispersar os militantes. Apesar de os serviços de inteligência trabalharem no sentido de identificar os guerrilheiros, o Exército contava com tropas despreparadas para esse tipo de combate: a guerra de guerrilha. O *Relatório Arroyo* informa que, em novembro de 1972, tem-se um período de trégua com a saída do Exército da região. Nesse momento, acontece um reordenamento das táticas dos guerrilheiros, uma reflexão sobre as atividades realizadas pelos combatentes e o investimento em material informativo para explicar a luta armada à população. Foram produzidas as normas sobre a segurança do trabalho em massa, as normas sobre acampamentos, as normas sobre recrutamento para a guerrilha e o programa da União pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo.⁶² Eram medidas para garantir a segurança do grupo, pois, nos vilarejos, as emboscadas aos guerrilheiros provocavam danos ao movimento, além de ser uma forma (embora tardia) de comunicar a população sobre as razões da luta armada e denunciar a violência do Exército contra os camponeses.

Findado esse processo, entre os meses de maio e outubro de 1973, o Exército investiu nas atividades de inteligência. Com a *Operação Sucuri*, os militares infiltraram agentes disfarçados de camponeses entre os moradores, fez uma intensa atividade de propaganda, beneficiou a população que se dispôs a colaborar e recrutou os “bate-paus”, indivíduos conhecedores da mata que serviam de guia para os militares dentro da floresta.⁶³ Começava aqui a terceira e última campanha contra a guerrilha, que durou de outubro de 1973 a abril de 1974. Ficou conhecida como

Operação Marajoara e tinha no horizonte a eliminação total da guerrilha. Nessa ofensiva, que contou com um contingente maior e mais bem preparado de soldados, os guerrilheiros estavam, segundo o *Relatório Arroyo*, com o seguinte quadro: “[...] o destacamento A contava com 22 elementos; o B, com 12; o C, com 14; a CM, com 8. Ao todo: 56 guerrilheiros”.⁶⁴ Era um número reduzido e encontrava-se em desvantagem em relação ao efetivo militar que avançou, de diferentes pontos da Rodovia Transamazônica, pelas cidades de São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará.

Com o auxílio de helicópteros, em 25 de dezembro de 1973, o Exército cercou o destacamento A, resultando na queda da CM. Não se sabe quantos foram mortos nessa ofensiva. *O Diário* descreve que as ofensivas foram intensas e por toda a floresta:

É dia de Natal, 25 de dezembro de 1973.

Um agrupamento guerrilheiro de uns 20 elementos aproxima-se da área do Destacamento Elenira Resende, por dentro da mata. Dele participam, entre outros, Mário e Joca que, seis anos atrás, nesse mesmo dia, desembarcavam no sítio Faveira. Dina e Luís ardem de febre com forte acesso de malária. O agrupamento acampa uma légua antes do local do encontro com esse destacamento. Sobrevoam aviões e helicópteros. São onze e meia da manhã. Ouve ligeiro estádio. Em seguida numerosa patrulha abre fogo contra os guerrilheiros. Estes respondem audazmente ao ataque. Trava-se intenso tiroteio, ocorrem baixas de lado a lado. Momentos após, descem helicópteros para apanhar mortos e feridos. [...] O inimigo continua investindo. Multiplica o número de patrulhas que penetram na mata.⁶⁵

A guerrilha do Araguaia chegava aos seus últimos momentos, em abril de 1974, com a eliminação dos últimos guerrilheiros. A pesquisa feita

por Campos Filho revelou que os guerrilheiros presos no decorrer dessa ofensiva foram mortos sob tortura ou simplesmente fuzilados.⁶⁶ O comando dessa operação ficou a cargo do major Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que permaneceu controlando a região mesmo após o fim da luta armada. Foi ele quem comandou a “Operação Limpeza”, que se encarregou de eliminar todos os rastros da luta armada na região do Araguaia pela ocultação dos cadáveres.⁶⁷ Há indícios de que alguns corpos foram jogados na Serra das Andorinhas e outros enterrados em locais de difícil acesso. O Estado encobriu os fatos, como veremos a seguir, e as Forças Armadas não se pronunciaram sobre o episódio.

O estado ditatorial brasileiro e o poder de fazer desaparecer

A saída do Exército da região do Araguaia, após 1975, não significou o fim da guerrilha. A batalha permaneceu no campo da memória em, pelo menos, três aspectos que consideramos fundamentais. O primeiro diz respeito ao apagamento dos rastros deixados pelos guerrilheiros. Não apenas os traços simbólicos da experiência da luta armada, mas a eliminação física dos participantes da guerrilha e a de seus colaboradores. Aqui, a cooptação, a prisão, a tortura, a eliminação física e a ocultação dos cadáveres compõem o caráter destrutivo do Estado e o seu poder de fazer desaparecer os oponentes.

O segundo aspecto nós o encontramos no campo simbólico. Tem a ver com o esforço das Forças Armadas para desqualificar, moral e eticamente, a imagem dos guerrilheiros junto à população e à sociedade de um modo geral. Um exemplo foi o primeiro anúncio oficial sobre a

guerrilha feito em março de 1975, quando o presidente Ernesto Geisel, em pronunciamento no Congresso Nacional, sem dar a devida importância falou sobre um grupo pequeno de fanáticos que, segundo ele, havia aderido à luta armada na região de Marabá–Xambioá.⁶⁸ Além das matérias publicadas na imprensa, nada mais foi comunicado sobre o que aconteceu com os guerrilheiros capturados e com os 51 combatentes que constavam, naquele momento, como desaparecidos.

O terceiro elemento pode ser encontrado na pedagogia do medo, aplicada aos moradores por meio da pressão militar, das prisões em massa dos camponeses, da destruição dos roçados daqueles que não se deixaram cooptar pelo Exército e da vigilância constante de muitas pessoas ligadas, direta e indiretamente, aos combatentes da luta armada. Isso aconteceu quando alguns camponeses foram obrigados a usarem um atestado de conduta fornecido pela polícia para poder se movimentar de uma cidade a outra ou de uma vila a outra. Era, sem dúvidas, um sistema de vigilância com base no medo que colocava os camponeses reféns das ações do Exército, pois, cada vez que houvesse a necessidade de se fazer algo fora do seu lugar de origem, isso deveria ser comunicado às autoridades policiais.⁶⁹

Dos aspectos mencionados, gostaríamos de nos deter no que consideramos ser um dos fundamentos do estado ditatorial brasileiro, a sua capacidade de fazer desaparecer. O governo que se instaurou com a ditadura foi um governo que entendeu que governar era, sobretudo, fazer desaparecer. O golpe de 1964 deu, então, a entrada a uma nova “fúria” com a escalada gradual do horror, e entrou em cena o “poder desaparecedor”. A sociedade inaugurada pela ditadura militar foi, sem

sombra de dúvidas, a sociedade do desaparecimento. Sua golpeada como política de Estado começava com o aprisionamento e, depois, determinando o desaparecimento. Isso exigia da máquina repressiva estatal os porões das delegacias, os esquadrões, os buracos no chão, cadeia, casas e voos de morte.⁷⁰

Na lógica do poder “desaparecedor”, o corpo passa a ser algo fundamental para a ação do Estado. É sobre ele que a política de aniquilação irá impor-se. Foi sobre o corpo que o Estado brasileiro administrou o desaparecimento e o direito de matar, como bem nos ensinou Michel Foucault por meio de sua concepção de biopoder, aqui compreendido como o poder capaz de decidir sobre a vida e a morte.⁷¹ Nesse poder político, que se apodera da vida e da morte, é o Estado, por meio da sua máquina repressiva, quem decide quais vidas merecem viver e quais serão deixadas para morrer. Para a ditadura, era o inimigo interno ou os denominados subversivo aqueles cujo direito de viver era negado em nome da segurança interna da nação.

O pilar da sociedade de desaparecimento, o seu *modus operandi*, era a sala de tortura — como estratégia para apossar-se do corpo — e o desaparecimento. Com a tortura, o torturado perdia a sua constituição de sujeito e a sua organização temporal. Na tortura, eram quebradas as convenções da linguagem e a relação harmônica entre linguagem, memória e corpo. Foi essa dimensão destrutiva que estava presente na “Operação Limpeza” iniciada após o fim da guerrilha do Araguaia. O seu articulador foi o major Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Major Curió, que, segundo a denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal pelos Procuradores da República, no Município de Marabá,

admitiu ter ordenado a ocultação de cadáveres de guerrilheiros mortos pelos militares. Com base em depoimentos presentes no processo, conclui-se que o Major Curió

[...] “ordenou a retirada dos corpos das sepulturas originais e mandou enterrar em locais diferentes, cujas informações estão registradas em relatórios sigilosos e mantidas em segredo 'fechado' entre ele, poucos militares e guias de sua estrita confiança". Ademais, afirmou que "Os corpos foram trasladados para mais de um local", sendo que só ele poderia revelar o paradeiro.⁷²

A ordem de Brasília, que consistia em não deixar sobreviventes após a terceira campanha, configurou-se na lógica de não deixar vestígios. De acordo com alguns relatos, corpos teriam sido jogados na Serra das Andorinhas e outros teriam sido queimados. Essa informação pode ser verificada no depoimento dado ao Ministério Público na denúncia contra Lício Augusto Ribeiro e Sebastião Curió Rodrigues de Moura, responsáveis pela execução e ocultação de cadáveres. Segundo o documento

Nessa operação limpeza havia agentes da Aeronáutica ou só do exército?) Eu penso que só do Exército. (Acredita que a operação limpeza tenha sido toda orientada pelo CIE?) É. A aeronáutica, ao que me consta, não colocou nenhum agente subalterno lá, colocou só oficiais [...]. (Quanto voos o senhor fez para a operação limpeza?) Eu mesmo devo ter feito em torno de 08 voos. (Outros pilotos também fizeram?) Eram dois helicópteros fazendo a operação. O meu helicóptero e mais um outro. [...] Em Xambioá não foi desenterrado ninguém. Agora, foram desenterradas pessoas em vários pontos da área que eu não sei indicar. E vou explicar porque não sei indicar. Os agentes que iam conosco no helicóptero sabiam onde tinham enterrado, eram agentes que

faziam parte. (Tinham feito parte das buscas?) É, é. “Dr., pousa aqui nessa clareira”, ou “pousa aqui nessa estrada”. Me lembro que uma vez pousei na estrada. [...] Aí entravam para dentro da mata e eu não sei para onde o camarada foi. Depois de uma hora, quarenta minutos, vinham eles com os pacotes, botavam no helicóptero. (Enrolados?) Vinham em saco tipo do IML, um saco plástico preto. Geralmente fazia uma apanhada dessas e ia para a Serra das Andorinhas, no mesmo local. (Quantos corpos o Sr. acredita ter levado?) Eu não posso precisar, mas eu imagino que eu tenha levado de 30 a 40, 35. (E o outro helicóptero?) Acredito que o mesmo número. [...] A gente levava três, quatro, cinco de uma vez, como eu fiz umas oito viagens aí, nesse entorno, acredito que eu transportei uns 30. (O que lhe dá certeza de que de Xambioá não foi retirado nenhum corpo?) Na operação limpeza não houve, porque eu estava lá e de lá de Xambioá não houve nenhum transporte para a Serra das Andorinhas. (E na Casa Azul, você viu algum corpo ser retirado?) Eu não. Mas pode ser que o outro helicóptero tenha retirado. [...] (Quantos homens faziam este trabalho, Coronel?) Uns três, quatro, por aí. (Sempre os mesmos?) Os agentes? Variavam. Quer dizer, eu não prestava atenção neles. [...] Eu sentia muita dor das injustiças que eu vi lá. Lá se contrariou totalmente tudo que diz a Convenção de Genebra [...]. A notícia que nós temos é que a operação limpeza tinha por finalidade esconder que tinha acontecido uma guerrilha [...] (O senhor sabe quando começou a operação limpeza?) A operação limpeza começou em janeiro. (Foi de janeiro a início de fevereiro? Foi um mês mais ou menos?) Os preparativos, coisa e tal, beleza. Mas a operação propriamente dita foi poucos dias. Em poucos dias, uma semana, dez dias, resolveu tudo.⁷³

A perversidade dessa prática, comum em governos autoritários, situa-se não somente na capacidade de eliminação física, mas na morte simbólica que anula os traços da existência. Por isso, a ordem era exterminar a guerrilha, como declarou o tenente da reserva, José Jiménez,

à Comissão Especial da Anistia, em 2008. Afirmou ter torturado militantes do PC do B para arrancar confissões e disse que os soldados eram orientados a “atirar antes e perguntar depois”⁷⁴. No relato de Ângelo Arroyo, encontramos narrativas que descrevem como alguns dos combatentes foram presos, torturados e mortos. São relatos que confirmam como a sociedade transformou o desaparecimento em política de Estado. Isso ficou manifesto na maneira bárbara com que os fatos ocorreram, como pode ser evidenciado na descrição a seguir:

Nesse meio tempo, passou pela estrada o bate-pau Pernambuco, que ouviu o barulho de alguém quebrando um ouriço de castanha. Levou, então, o Exército ao local. Ao procurar se defender, Carlito foi alvejado no ombro e, em seguida, preso. Foi levado para um local chamado Abóbora e lá foi bastante torturado. Chegou a ser amarrado num burro e por este arrastado. Elementos de massa disseram que o viram praticamente morto sobre o burro. Soube-se depois que Carlito levou os soldados até um velho depósito que nada continha. Pode ser que o tenham matado, mas também pode ser que ficou apenas preso.⁷⁵

Não foram poucos os relatos que trataram da tortura de guerrilheiros e camponeses. A pesquisa realizada por Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto demonstrou, a partir de depoimentos de pessoas da região, que, na base de Xambioá, havia um buraco cercado de arame, conhecido como o buraco do Vietnã, onde eram jogados os mortos e combatentes presos.⁷⁶ Para essa mesma base teria sido levado, em abril de 1974, o corpo do líder do destacamento B, Osvaldo Orlando da Costa (o Osvaldão), que foi pendurado em um helicóptero para ser exposto a todos que o vissem, como queriam os militares. O objetivo era demonstrar que

absolutamente ninguém poderia se sobrepor ao poder do Exército, nem mesmo o Osvaldão que, no imaginário camponês, se dizia “ter o corpo fechado”, ou seja, tinha a capacidade de esconder-se e passava imperceptível pelos soldados⁷⁷.

Esse tipo de terror verifica-se nas casas de morte da ditadura militar. Em todo o País, os centros de extermínio se encarregaram de pôr em prática o desaparecimento de prisioneiros políticos sob a tutela do Estado⁷⁸. Em Marabá, ficou conhecida, entre os camponeses e guerrilheiros, a Casa Azul, um centro clandestino de tortura e a sede das operações militares das Forças Armadas situado, às margens da Transamazônica, nas dependências do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Para o local, eram levados trabalhadores rurais e guerrilheiros presos que seriam submetidos à tortura⁷⁹.

Nesse ambiente de terror, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, eram colocados em prática os métodos de tortura:

Os torturadores utilizavam-se das mesmas táticas para [...] desestruturar o interrogado e obter informação. Entre as mais comuns, aparece o “teatro”, em que um agente passava por amigo do prisioneiro, apenas para torturá-lo em outro momento. Outro método comum era a alternância dos momentos: o prisioneiro era ora torturado, ora bem tratado. Não obstante, tais práticas estavam presentes na formação dos próprios soldados e conscritos, ou seja, eles eram submetidos a processos muito semelhantes aos utilizados na tortura dos prisioneiros. Consta, ainda, que tais procedimentos eram acompanhados de um trabalho psicológico: era ensinado aos soldados que esses seriam os métodos de tortura utilizados pelos próprios

guerrilheiros no caso de captura de membros das Forças Armadas.⁸⁰

Tais procedimentos, em concordância com a “Operação Limpeza”, classificou o Estado brasileiro como um “assassino da memória”⁸¹. Criada por Vidal-Naquet para criticar o revisionismo histórico do pós-segunda guerra que negava a existência do extermínio judeu nos campos de concentração nazistas, a expressão chama a atenção para uma razão burocrática que faz com que os Estados raramente admitam o fato de serem criminosos. Isso porque, eliminando-se as evidências do crime, não há como identificar os seus autores. Sem ter a quem responsabilizar, não pode haver, então, culpados. Aqui temos a lógica que fez as políticas do desaparecimento, no Brasil, permanecerem intocadas. Nela, a tese do esquecimento dos “excessos” do passado, como temos pontuando desde o início deste texto, foi o preço a ser pago para garantir a estabilidade democrática, eliminando o trauma da violência estatal.⁸²

Conclusão

O filósofo Vladimir Safatle, em uma entrevista, fez a seguinte declaração referindo-se à recente história brasileira: “O Brasil é a prova mais cabal de que quando você não acerta suas contas com a história, a história te assombra”.⁸³ Desde o fim da ditadura militar, e o processo de transição que se seguiu após a saída dos militares do poder, não se constituiu, ainda, no Brasil, um espaço para que o seu passado violento pudesse ser colocado como voz a ser ouvida por toda a sociedade. A

manutenção da política do silêncio criou uma sensação de impunidade, o que fez com que as formas de injustiça permanecessem como uma prática política do Estado.

Foi no intuito de quebrar esse silêncio que as famílias dos mortos e desaparecidos da guerrilha do Araguaia iniciaram uma batalha pela memória de seus filhos, parentes e amigos desaparecidos durante a luta armada na Amazônia. O que os uniu foi a violência sofrida por seus parentes e a ausência de informações sobre o que aconteceu com cada um deles. Diante disso, um espaço de fala foi criado por essas famílias, que também se tornou um espaço de ação política no sentido de cobrar do Estado a reparação pelos crimes cometidos contra os seus cidadãos e, mais ainda, exigir o direito à memória para as vítimas da máquina repressiva estatal.

Para Djalma Oliveira, irmão da guerrilheira Dinalva Conceição Teixeira, assassinada durante a guerrilha (a Dina, como era conhecida), foi a necessidade de quebrar o silêncio imposto pela ditadura militar sobre a luta armada na região do Araguaia que motivou as famílias:

Nos organizamos no sentido de denunciar à Nação a forma arbitrária e criminosa com que o regime militar tratou nossos parentes e exigir deste mesmo regime o pleno esclarecimento, à opinião pública, dos fatos. E também, para resgatar a memória dos patriotas revolucionários, mortos e desaparecidos.⁸⁴

Foi com esse propósito que as famílias, juntamente com o movimento de Mulheres Pela Anistia, atuante desde 1975, organizaram o *II Congresso Nacional Pela Anistia*, em novembro de 1979, na cidade de Salvador. O primeiro congresso havia sido realizado em Roma pelos

exilados políticos da ditadura militar. Nesse evento, as famílias elaboraram o *Manifesto dos familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia* em que apresentavam a história da guerrilha e uma lista de nomes de todos os desaparecidos durante a luta armada no Pará, Maranhão e Tocantins. Outra finalidade do documento era denunciar à nação a violência praticada pelas Forças Armadas contra os militantes e camponeses do Araguaia, além de exigir informações sobre os desaparecidos políticos.

Outro resultado do congresso foi a organização da *Primeira Caravana ao Araguaia*, em 1980, criada para obter informações sobre os guerrilheiros e conhecer os lugares onde esses atuaram e viveram durante a luta armada. A pergunta que se fazia era: onde estão nossos mortos? Com esse questionamento, os familiares viajaram à Belém e, de lá, chegaram a Marabá, o ponto de partida para os locais onde ocorreram os conflitos entre guerrilheiros e militares. Nesse percurso, significativo foi o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e da Comissão Pastoral da Terra para viabilizar o contato dos familiares com os camponeses, de quem ouviram relatos sobre os militantes.

Mesmo diante da ameaça e da pressão do Exército, a Caravana seguiu o seu trabalho.⁸⁵ Ela foi uma iniciativa importante no sentido de criar as condições para que as experiências dos homens e mulheres na luta contra a ditadura militar pudessem ser ouvidas e, dessa maneira, não ser esquecidas. A luta dos familiares pela reparação e memória das pessoas que foram vítimas da violência do Estado sinalizou o caminho para que o drama que elas viveram não se repita na sociedade. É uma luta que só deixará de existir quando os seus entes queridos tiverem encontrado um

lugar na memória coletiva brasileira. Assim, será possível lidar com os traumas do passado que ainda insistem em nos assombrar.

Notas

* Reginaldo Cerqueira Sousa é Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor do magistério superior do Curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de História (FAHIST) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: reginaldo.cerqueira@unifesspa.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7498-2957>

¹ Após a guerrilha do Araguaia, o jornalista Fernando Portela visitou a região onde aconteceu o movimento para obter informações sobre a luta armada na Amazônia, contrariando a censura imposta pelas Forças Armadas. Em janeiro de 1979, essa série de reportagens foi publicada pelo Jornal da Tarde e, no mesmo ano, ganhou o formato de livro. PORTELA, F. **Guerra de Guerrilha no Brasil: documentos inéditos e na íntegra**. 7ª Ed. São Paulo: Global, 1986.

² MOURA, C. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979, p. 17.

³ SELIGMANN-SILVA, M (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, pp. 7–44.

⁴ Para filósofo italiano, Giorgio Agamben, há dois termos, em latim, para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, etimologicamente significa aquele que se põe como terceiro em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho**. (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008, p. 27.

⁵ SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Proj. História**, São Paulo, (30), pp. 71–98, jun. 2005.

⁶ Maurício Grabois foi um dos comandantes da guerrilha do Araguaia. Ele escreveu o diário em seu esconderijo na mata, do início do conflito (em 12 de abril de 1972) até a sua morte (em 25 de dezembro de 1973). O diário registra as angústias, os medos e a solidão do homem que comandou a única guerrilha rural da história do Brasil. Foi publicado pela revista Carta Capital no dia 21/04/2011, e posteriormente reconhecido pela Fundação Maurício Grabois, ligada ao PC do B. Os originais desse documento foram apreendidos pelos militares em 25/12/1973. Diário de Maurício Grabois. In: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.pdf> Acesso 10 abr. 2019.

⁷ O relatório foi escrito por Ângelo Arroyo, membro do Comitê Central do PC do B e um dos dirigentes da guerrilha do Araguaia. É datado de 1974, após o conflito, e quando já não havia mais qualquer resistência armada na região. Arroyo escapou a pé da zona de combates, atravessando rios e florestas até chegar ao Maranhão. Não se sabe quanto tempo levou a fuga de Arroyo, que foi morto pela repressão em São Paulo, dois anos

mais tarde. ARROYO, A. Relatório sobre a luta no Araguaia. **Guerrilha do Araguaia 1972–1982**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982, 16–29.

⁸ SARLO, B. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2005, p. 35–42.

⁹ No final do *Relatório Arroyo*, temos a seguinte informação: “Em poder do camarada Mário (Maurício Grabois), responsável pelo CM, havia uma espécie de diário, onde ele anotou os principais fatos e as medidas adotadas pela guerrilha, desde o seu início. Essas informações são de maior importância, refletem as opiniões do comando em diferentes ocasiões. Com Mário encontravam-se também cópias de todos os materiais editados, assim como os hinos, poesia etc.” ARROYO, A. op. cit., 1982, p. 29.

¹⁰ Diário de Maurício Grabois. In: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.pdf>. Acesso 4 abr. 2019.

¹¹ SELIGMANN-SILVA, M. O esplendor das coisas: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin. **Escritos**. Revista da Fundação da Casa de Rui Barbosa, Ano 3, nº 3, 2009, pp. 161–185.

¹² SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, nº 1, pp. 3–20, jan./jun. 2010.

¹³ CERTEAU, M de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 109.

¹⁴ *Ibid.*, p. 17.

¹⁵ SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000, pp. 73–98.

¹⁶ SILVA, M. A. M. da. **Os escritores da guerrilha urbana**: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

¹⁷ SELIGMANN-SILVA, op. cit., 2003, pp. 7–44.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 73–98.

¹⁹ FREUD, S. Além do princípio de prazer. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. XVIII)**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 17-72.

²⁰ TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9.

²¹ KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 124.

²² RIBEIRO, R. J. A dor e a injustiça. In: COSTA, J. F. (Org.). **Razões públicas, emoções privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

²³ A Lei de Anistia (6.683/79) foi na contramão da proposta dos movimentos pela anistia, organizados desde 1975. Estes movimentos entendiam a anistia não como um pedido de perdão, mas como um modo de instituição do Estado de direito e um ato que promoveria a reconciliação da nação consigo mesma. A Lei de Anistia, com o apoio de militares e de alguns políticos, promoveu uma transição conservadora/conciliatória. CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e a anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 15-40.

²⁴ SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017, pp. 59–68.

-
- ²⁵ RUIZ, C. M. M. B. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 48, n. 2, p. 70–83, mai./ago. 2012.
- ²⁶ KHEL, M. R. op., cit., 2010, p. 123–132.
- ²⁷ TELES, J. de A. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTO, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Volume I. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, pp. 151–176.
- ²⁸ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- ²⁹ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 49–53.
- ³⁰ NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 313–315.
- ³¹ LAGÓA, A. **SNI**: como nasceu como funciona. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- ³² D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 39–40.
- ³³ NODARI, A. **Censura**: ensaio sobre a “servidão imaginária”. 252 p. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis/SC, 2012, p. 173.
- ³⁴ O conceito de Guerra Revolucionária surgiu a partir da derrota dos franceses em suas colônias na Ásia e na África. A doutrina militar francesa encontrava-se despreparada para a nova forma de guerra que confundia elementos militares e não militares, mesclava política, ideologia e operações bélicas. Diferente das guerras convencionais, a guerra revolucionária dava-se com base em uma lógica que misturava táticas de guerra com persuasão e propaganda revolucionária. MARTINS FILHO, J. R. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959–1974). In: SANTOS, C. M.; TELLES, E.; TELLES, J. de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil, volume I. São Paulo: Hucitec, 2009, p.182.
- ³⁵ QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p. 19–41: jan./jun. 2012.
- ³⁶ RESENDE, M. J. de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964–1985). Londrina: UEL, 2001.
- ³⁷ Introdução. **Guerrilha do Araguaia 1972–1982**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982, p. 7.
- ³⁸ NAPOLITANO, M. op. cit., 2014, pp. 122–123.
- ³⁹ GASPARI, E. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, pp. 58–59.
- ⁴⁰ Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0042_d. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2010%20-%20BR_DFANBSB_VAY_0042_d.pdf. Acesso 15 mar. 2019.
- ⁴¹ Osvaldo Orlando Costa, conhecido como Osvaldão, foi o primeiro comunista a chegar à região. Instalou-se no lugar chamado Gameleira. Atuou durante oito anos, até abril de 1974, quando foi morto por um morador local a serviço do Exército. AMORIM, C. op. cit., 2014, pp. 477–478.

-
- ⁴² MOURA, C. op. cit., 1979, p. 18.
- ⁴³ CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 115.
- ⁴⁴ MOURA, C. op. cit., 1979, pp. 26-27.
- ⁴⁵ TELES, J. de A. Os segredos e os mitos sobre a guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, 18(3): 464–480, set./dez. 2004.
- ⁴⁶ MARTINS, J. de S. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, J. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991, pp. 27–30.
- ⁴⁷ PÉTTI, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 266.
- ⁴⁸ ARROYO, A. op. cit., 1982, p. 17.
- ⁴⁹ O mapa foi resultado da pesquisa sobre arqueologia da repressão feita na região onde aconteceu a guerrilha. MECHI, P. S.; JUSTAMAND, M. Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a guerrilha do Araguaia. **Revista de Arqueologia Pública**, nº 10, p. 108–120, dez. de 2014.
- ⁵⁰ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I**, 2014, p. 687.
- ⁵¹ Relatório de Operações da Manobra Araguaia/72 realizada em 30 de outubro de 1972, sob o comando do general Antônio Bandeira. In: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/b/8/2/b826a84d3d48e1945c09fd6e511ce5bcd2a03fda28377f833d5fc46ef2ddd350/97b58084-16fa-45e0-b1c5-b966a7f83d36-BR_DFANBSB_VAY_0001_d.pdf> Acesso 20 mar. 2019.
- ⁵² Entrevista com Frei Gil. **Guerrilha do Araguaia 1972–1982**. op. cit., 1982, pp. 14–15.
- ⁵³ CAMPOS FILHO, R. P. op. cit., 2012, p. 131.
- ⁵⁴ ARROYO, A. op. cit., 1982, p. 20.
- ⁵⁵ Relatório das operações psicológicas e Aciso. Manobra Araguaia/72. op. cit., fl. 02.
- ⁵⁶ Relatório das operações Contraquerrilheiras. Manobra Araguaia/72. op. cit., fl. 29.
- ⁵⁷ *Ibid.*, fls. 30–31.
- ⁵⁸ Relatório das Operações psicológicas e Aciso. Manobra Araguaia/72. op. cit., fl. 06.
- ⁵⁹ MORAIS; SILVA, op. cit., 2005, p. 14.
- ⁶⁰ Relatório das operações Contraquerrilheiras. Manobra Araguaia/72. op. cit., fl. 31.
- ⁶¹ MOURA, C. op. cit., 1979, p. 46–47.
- ⁶² ARROYO, A. op. cit., 1982, p. 22–23.
- ⁶³ CAMPOS FILHO, R. P. op. cit., 2012, pp. 167–171.
- ⁶⁴ ARROYO, A. op. cit., 1982, p. 26.
- ⁶⁵ MOURA, C. op. cit., 1979, p. 63.
- ⁶⁶ CAMPOS FILHO, R. P. op. cit., 2012, p. 189.
- ⁶⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Município de Marabá. Denúncia contra Lício Augusto Ribeiro e Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000018/2014-55
- ⁶⁸ GEISEL, E. Introdução da mensagem ao Congresso Nacional na Abertura da Sessão Legislativa de 1975. Brasília, 1º de março de 1975.
- ⁶⁹ GOVERNO DO PARÁ. Secretaria de Segurança Pública. Del. de Polícia de São Geraldo do Araguaia. Atestado de Conduta (11/12/73). In:

<http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2010/11/documentos-comprovam-o-sistema-de.html> Acesso 10 abr. 2019.

⁷⁰ ARANTES, P. E. 1964, o ano que não terminou. In: In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 207.

⁷¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁷² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. op. cit., p. 17.

⁷³ *Ibid.*, p. 18–19.

⁷⁴ Anistia e punição ao torturadores. In: <http://armazemmemoria.blogspot.com/2008/12/tenente-admite-na-cmara-que-torturou.html> Acesso 10 mai. 2019

⁷⁵ ARROYO, A. op. cit., 1982, pp. 20–21.

⁷⁶ PEIXOTO, R. C. D. Bol. Memória social da guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n° 3, pp. 479-499, set.–dez. 2011.

⁷⁷ SADER, R. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, São Paulo, 2(1): 115–125, 1° sem. 1990.

⁷⁸ JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTE, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷⁹ LUIZ, J. M.; REIS, N. F. I.; SILVA, I. S. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **SÆCULUM - Revista de História** [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018.

⁸⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. op. cit., 2014, p. 698.

⁸¹ VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre revisionismo**. Campinas: Papirus, 1988, pp. 186–187.

⁸² SAFATLE, V. op. cit., 2017, pp. 59–68.

⁸³ Entrevista com Vladimir Safatle. **Revista IHU On-Line**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583593-quando-voce-nao-acerta-suas-contas-com-a-historia-a-historia-te-assombra-entrevista-com-vladimir-safatle>> Acesso 19 out. 2018.

⁸⁴ Entrevista com familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia. **Guerrilha do Araguaia 1972–1982**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982, p. 71.

⁸⁵ JORNAL DE BRASÍLIA. Familiares de desaparecidos denunciam pressão do Exército. Brasília, 24 out. 1980.